

**AS BOLSAS, O CRÉDITO E OS FUNDOS:
a financeirização do ensino superior no capitalismo dependente no Brasil**

**LAS BECAS, EL CREDITO Y LOS FONDOS DE INVERSIÓN:
la financiarización de la educación superior en capitalismo dependiente en Brasil**

**SCHOLARSHIPS, CREDIT AND INVESTMENT FUNDS:
the financialization of higher education under dependent capitalism in Brazil**

DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v11i3.36402>

Tatiana Bretas¹

Resumo: As mudanças na educação, e no ensino superior em particular, estabelecidas no neoliberalismo, estão relacionadas a um contexto mais geral de financeirização no Brasil, com desdobramentos sobre a relação entre produção e finanças, bem como sobre a configuração do Estado e o destino dos recursos do fundo público. Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar a financeirização do ensino superior brasileiro no neoliberalismo.

Palavras-chave: Neoliberalismo; financeirização; ensino superior.

Resumen: Los cambios en la educación, y en la educación superior en particular, establecidos en el neoliberalismo, están relacionados con un contexto más general de financiarización en Brasil, con consecuencias en la relación entre la producción y las finanzas, así como en la estado y el destino de los recursos de los fondos públicos. En este sentido, el objetivo de este artículo es analizar la financiarización de la educación superior brasileña en el neoliberalismo.

Palabras clave: Neoliberalismo; la financiarización; educación superior.

Abstract: The changes in education, and in higher education in particular, established in neoliberalism, are related to a more general context of financialization in Brazil, with consequences on the relationship between production and finance, as well as on the configuration of the state and the destination of public fund resources. In this sense, the objective of this article is to analyze the financialization of brazilian higher education in neoliberalism.

Keywords: Neoliberalism; financialization; higher education.

Introdução

O ministro da Economia Paulo Guedes, em uma audiência pública na Comissão Mista de Orçamento em setembro de 2019, defendeu desvincular a maior parte das despesas obrigatórias sob o argumento de que os economistas são reféns do que ele considera “constituintes defuntos”². A desqualificação de pontos da Constituição Federal de 1988 que registram direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora não é um fenômeno isolado ao longo do período de existência da Carta Magna, mas ganha contornos cada vez mais acentuados nos últimos anos.

O suposto engessamento orçamentário é motivo constante de reclamação daqueles/as que advogam na defesa da austeridade fiscal, os/as quais tiveram uma conquista com a criação, em 1994, do Fundo Social de Emergência (FSE), posteriormente batizado de Desvinculação de Receitas da União (DRU). Não é de hoje que a pressão para ampliar as possibilidades de desvinculação expressa uma disputa sobre os recursos do fundo público com o objetivo de transferi-los para o pagamento da dívida pública e, com isso, alimentar o rentismo.

O subfinanciamento das políticas sociais e os mecanismos voltados para a pilhagem de recursos do fundo público para atender aos interesses do grande capital ganham particularidades no neoliberalismo, especialmente no capitalismo dependente. Para o entendimento do contexto em que estas disputas acontecem, é necessário analisar o processo de financeirização brasileira e a reconfiguração da relação entre produção e finanças que este período enseja. Como expressão destas mudanças, é possível observar alterações na relação entre o Estado e o capital – com desdobramentos sobre as políticas sociais e a garantia de direitos sociais.

As mudanças na educação vividas no período recente, e no ensino superior em particular, não estão apartadas deste contexto mais geral e precisam considerar tanto uma análise da acumulação capitalista no Brasil, como as respostas do Estado na busca por garantir os interesses do grande capital. Neste sentido, o objetivo deste artigo é analisar a financeirização do ensino superior no contexto do neoliberalismo. Para tanto, buscaremos resgatar os principais aspectos da financeirização e as suas implicações no desenho do ensino superior brasileiro, considerando a movimentação do setor público e do privado.

Neoliberalismo e a particularidade da financeirização no Brasil

O grande capital busca garantir suas margens de lucratividade diversificando suas formas de atuação. No tempo presente, atua por meio do capital portador de juros e da produção propriamente dita, mas também por meio de avanços sobre o setor de serviços e as políticas sociais. As mudanças se dão em um contexto de crescente desenvolvimento tecnológico e informatização, com vários desdobramentos sobre a organização da produção.

Alguns dos recursos encontrados para reconfigurar a estrutura produtiva envolvem a ampliação das formas de exploração da força de trabalho e estimulam diversificadas modalidades de contratação (emprego domiciliar, *part time*, terceirização, e diversas outras precarizadas), a adoção de um processo de trabalho mais longo e/ou mais intenso, além da ampliação da produtividade do trabalho. Isto sem mencionar a substituição do trabalho vivo por trabalho morto, que cresce a cada fusão e aquisição de novas empresas e com a incorporação de tecnologias. Por meio da combinação de extração de mais-valia absoluta e relativa, as condições de trabalho e de vida são gravemente atingidas.

Apesar das alterações, as raízes da questão social seguem sendo as mesmas: a exploração, a alienação e a subsunção do trabalho ao capital. Especialmente no capitalismo dependente, estes fenômenos assumem contornos diferenciados dado que as contradições mais acirradas permitem a apropriação, pelo centro imperialista, de parte expressiva da riqueza produzida nos países dependentes.

A mundialização do capital – que, segundo Chesnais (2005), tem como base as aberturas comercial e financeira, bem como as privatizações – reconfigurou a base produtiva, promovendo um processo de concentração e centralização do capital e privatização das empresas estatais como forma de atrair investimentos externos e aumentar a competitividade. Não por acaso, concomitante ao aumento dos fluxos financeiros, é possível identificar uma reestruturação produtiva de grandes proporções.

Neste contexto, a dinâmica da base produtiva mantém uma interação com a capacidade reivindicativa da classe trabalhadora e suas condições de trabalho, de modo que impactam no conjunto da vida social, produzindo diversificadas e complexas expressões da questão social. Articular todas estas determinações e entendê-las como uma totalidade dinâmica, é um dos maiores desafios para analisar as particularidades contemporâneas.

O neoliberalismo, na qualidade de um projeto de dominação de classe (HARVEY, 2004), está pautado na busca por ampliar as bases de extração de mais-valia. Sob estas determinações, a gestão do grande capital está cada vez mais submetida aos interesses rentistas. Este fato impulsiona estratégias voltadas para a redução de custos de produção e aumento na apropriação do valor gerado como forma de tornar seus ativos mais atraentes aos investidores. Todo o discurso sobre a necessidade de diminuição de custos e de ganho de competitividade tem por trás estratégias de aprofundamento da subsunção do trabalho ao capital e reconfiguração da base produtiva.

A queda das taxas de lucro dos países imperialistas, em virtude da crise capitalista nos anos 1970/80, teve como resposta uma maior apropriação de riquezas no exterior, com destaque para a pilhagem do fundo público via a dívida pública dos países dependentes. Esta saída reforçou o imperialismo estadunidense e aprofundou as desigualdades regionais, por meio de mecanismos de transferência de valor do Sul para o Norte.

No Brasil dos anos 1990, a transferência de valor foi potencializada por alterações no padrão de acumulação com vistas a inserir o país no circuito financeiro internacional. Mas não é apenas a pressão externa que explica as mudanças. A adesão a uma política econômica baseada em um ajuste fiscal permanente não foi apenas imposta por organismos multilaterais, foi também referendada pelos interesses internos associados ao grande capital. A ruptura de limites anteriormente existentes para a mobilidade do capital portador de juros passa a se constituir como uma alternativa para contornar a tendência decrescente da taxa de lucro e consiste em um dos principais traços da financeirização.

Esta análise precisa ser destacada tendo em vista que a intensificação dos fluxos financeiros e a rentabilidade dela decorrente não possuem uma dimensão apenas quantitativa. Trata-se também de uma mudança qualitativa. O fenômeno da financeirização pressiona a reorganização da base produtiva, *locus* da geração da riqueza. Fortalecido pelas políticas de ajuste fiscal, reforça e amplia a transferência de valor em direção aos países imperialistas, bem como estimula e garante legitimidade ao aprofundamento da superexploração da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, a retirada de direitos e a mercantilização dos serviços funcionam como formas contemporâneas de expropriação, as quais “além de serem objeto de

violências as mais diversas, são também a matéria-prima de manipulações ideológicas, com o objetivo de naturalizar os meios de precarização do trabalho e da vida dos trabalhadores” (MOTA, 2017, p.32).

Com base em um referencial teórico diferente do que utilizamos, Lena Lavinas, Eliane Araújo e Miguel Bruno (2017) fizeram uma periodização para entender o processo de financeirização em curso no Brasil. Segundo os autores, a financeirização no país começa a ser gestada nos anos 1970. O período de 1981 a 1994 é denominado de *financeirização elitizada*, tendo em vista que a partir dos anos 1980, com a crise fiscal e da dívida externa, houve condições concretas para um aumento da expansão financeira e da concentração bancária, mesmo que em proporções modestas. É o período em que a “ciranda financeira” sustentou ganhos inflacionários em virtude da rolagem da dívida pública, a qual cresceu substantivamente nesta década.

Com a estabilização monetária, inicia-se a chamada *financeirização em massa*, decorrente da substituição dos ganhos inflacionários pela renda de juros. De 1994 em diante, especialmente nas primeiras décadas dos anos 2000, a financeirização está assentada na dívida pública e passa a incorporar também os serviços públicos e a seguridade social. Seu crescimento foi apoiado no aumento da bancarização e na ampliação do crédito ao consumo, especialmente o consignado.

Apesar das contribuições presentes no texto, destacamos algumas diferenças na análise para demarcar a importância de articular o debate da financeirização a determinações centrais do modo de produção capitalista e, portanto, a uma forma específica de produção de valor. Mesmo buscando uma análise crítica do processo de financeirização, os autores ficam presos a um debate centrado na política econômica e tendem a descrever e explicar os fenômenos sem uma profunda articulação com o imperialismo, a base produtiva e sua relação com a superexploração da força de trabalho. O referencial teórico usado para a análise das mudanças recentes leva estes autores a afirmar, com base em outros trabalhos de Bruno, que “a financeirização se impõe como entrave estrutural ao crescimento econômico [...]” (LAVINAS *et al.*, 2017, p.5).

Lena Lavinas e Denise Gentil (2018, p.204) reforçam a periodização acima assinalada. As autoras se contrapõem ao processo de financeirização por identificarem que “interesses especulativos não têm horizonte de longo prazo e, portanto, estão descolados de um projeto de desenvolvimento”.

Herdeiros do pensamento desenvolvimentista, a preocupação passa por identificar os obstáculos ao desenvolvimento e elaborar propostas para impulsioná-lo. O escopo da análise está restrito à expectativa de implementação de um projeto de desenvolvimento que enfrentaria os principais problemas do país. Como se a nossa particularidade histórica, calcada no capitalismo dependente, desse margem à possibilidade de enfrentar os problemas estruturais de nossa formação econômico-social por dentro deste modo de produção.

Não se pode perder de vista que a divisão internacional do trabalho sustenta relações hierarquizadas entre os países. Este fato contribui para a compreensão das desigualdades que assolam as economias dependentes ao transferirem, ao centro imperialista do sistema, boa parte do valor produzido. A

parcela que permanece no país concentra-se nas mãos de poucos, viabilizando mecanismos de superexploração da força de trabalho.

A formulação desses economistas – que têm produzido trabalhos consistentes sobre a financeirização também nas políticas sociais – ajuda na compreensão do fenômeno ao diferenciar dois períodos da financeirização, um baseado em ganhos inflacionários e outro assentado na dívida pública. Mas, ao contrapor as finanças à produção, limitam o seu poder de fogo e desconsideram os elementos centrais do capitalismo dependente e as contradições que lhe são inerentes.

O esforço para entender as particularidades da financeirização no Brasil, entretanto, é louvável tendo em vista que não é possível apreender as principais determinações do período atual sem construir as mediações necessárias para subsidiar o conjunto de relações presentes em uma formação econômico-social específica. Neste sentido, destacar a dívida pública como um eixo central de sustentação da financeirização no Brasil parece uma chave de leitura importante para afirmar o lugar estrutural do fundo público na garantia das condições de acumulação capitalista.

Desde os anos 1990, a busca de legitimação sistemática do ajuste fiscal permanente se combina à criação de diversos mecanismos para a canalização de recursos para o pagamento da dívida. Recentemente, por meio da defesa da necessidade de contrarreformas, este tema ganha força. Sob o véu do engessamento orçamentário, e munido de uma subserviência aos interesses do capital internacional sem precedentes, o governo Bolsonaro transforma em chacota a importância de financiamento dos direitos constitucionais e defende a flexibilização do orçamento sem pudores.

A financeirização do ensino superior brasileiro

Se é possível afirmar que a dívida pública é o principal mecanismo de pilhagem de recursos públicos para alimentar as necessidades de acumulação capitalista, não se deve perder de vista que outros desdobramentos precisam também ser considerados. Em nome do pagamento da dívida, se justifica e difunde uma suposta necessidade de recorrer a ajustes fiscais com desdobramentos sobre as (limitadíssimas) possibilidades redistributivas do Estado dependente e sobre a configuração das políticas sociais como um todo. Não se trata apenas de analisar o volume de recursos do fundo público para essas políticas, como também as alterações qualitativas engendradas por este processo.

De uma maneira sintética, podemos afirmar que as políticas de austeridade fiscal alimentam a legitimação do setor privado como um parceiro para garantir a prestação dos serviços públicos. Significa dizer que a precarização dos serviços disponibilizados pelo Estado caminha lado a lado com o aumento da destinação de recursos públicos para o setor privado. Mas vale ressaltar que não se trata efetivamente de uma desresponsabilização do Estado, nem mesmo de uma retirada de cena. As mudanças expressam, na verdade, uma reconfiguração. O fundo público segue sendo fundamental para garantir as condições de acumulação capitalista e é indispensável para viabilizar a rentabilidade do capital financeiro financeirizado.

Se formos analisar uma política social específica, no caso, a educação – com foco no ensino superior –, podemos afirmar que o crescimento da participação do setor privado não é uma novidade

neoliberal. Foi no período da ditadura empresarial-militar que o número de instituições privadas superou as públicas, em um processo estimulado pela “reforma” do ensino superior de 1968. Florestan Fernandes ([1975] 1979) já denunciava o caráter elitista e heteronômico do projeto de mercantilização do ensino superior contido nos termos destas mudanças.

O crescimento vertiginoso das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, entretanto, aconteceu na segunda metade dos anos 1990, em virtude da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Ali abriu-se a possibilidade de que instituições privadas atuassem na educação com fins lucrativos. Um novo impulso veio em 1999 com a chamada Lei das S.A. da Educação (nº9.870/1999), que permite a abertura de capital e operação na bolsa de valores de empresas do setor de educação superior. Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), em 1995, as IES privadas somavam 684. Em 2000 o número saltou para 1.004, passou para 2.100 em 2010, chegando a 2.152 em 2017. Como veremos, o aumento quantitativo traz em seu bojo alterações qualitativas.

É certo que cresceu o número de universidades públicas, em especial a partir de 2007, com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), mas este fenômeno não se deu no mesmo ritmo da iniciativa privada. Foram criadas 14 universidades federais. Cresceu também a quantidade de estudantes universitários/as e a demanda por assistência estudantil em virtude da alteração no perfil de ingressantes, que se tornou mais popular. Aos estudantes de baixa renda, se destinou a promoção da “inclusão bancária” por meio de transferências de renda, em muitos casos, insuficientes para sua permanência na universidade.

Para os que não conseguem acessar a rede pública, como forma de garantir o acesso via o mercado, foi apresentada a alternativa do crédito ou de bolsas financiadas pelo fundo público. No bojo desta política, podemos dizer que foram apontados dois caminhos principais: o FIES e o PROUNI.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) – criado em 1999 por meio da Medida Provisória nº 1.827/1999 e transformado em lei dois anos depois (Lei nº 10.260/2001)³ – estabelece uma linha de crédito para estudantes matriculados no ensino superior. Além de estimular o crescimento no número de matrículas nas instituições privadas, contribuiu para aumentar o endividamento das famílias e aquecer o setor. Desde sua criação até hoje, o programa sofreu diversas alterações. Em 2010, na perspectiva de ampliar seu acesso, foram implementadas mudanças para facilitar a contratação do financiamento. Dentre estas alterações, tão significativas que foram apelidadas de “Novo Fies”, podemos destacar: redução da taxa de juros, ampliação do período de carência para o início do pagamento, aumento do prazo para a amortização do empréstimo e dispensa de fiador em alguns casos, passando a garantia para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) (TESOURO NACIONAL, 2015, p.5-6).

Após estas mudanças, as instituições privadas, sem riscos no negócio – dado que este estava sendo assumido pelo FGEDUC – passaram a estimular massivamente a adesão de estudantes ao FIES. Em 2014, 61,2% dos estudantes da Kroton recebiam financiamento via FIES; 42,3% da Estácio; 47,5% da Ser Educacional; e 48,3% da Anima (CORBUCCI *et al.*, 2016). Assim, o total de contratos do FIES, que era pouco mais de 70 mil em 2010, passou para quase 700 mil em 2014, voltando a diminuir a partir deste ano

em virtude de novas alterações que passaram a valer em 2015⁴, como veremos. Também aumentou progressivamente a quantidade de inadimplentes, que chegou a 249.433 em março de 2018, o que representava 41% do total de contratos. Um aumento significativo em relação a 2014, quando a taxa era de 18,9%.

Maíra Silva e Felipe Soares (2019, p.7) apontam alguns dados para contribuir no balanço do programa. “Analisando os desembolsos do FIES, é possível verificar que as IES tiveram anos de grandes possibilidades, com um crescimento no volume de empréstimos da ordem de 2079,5%, ao passar de R\$880 milhões, em 2010, para R\$19,18 bilhões em 2016 [...]”. O valor total do desembolso referente ao FIES no período de 2010 a 2016 foi de R\$61,75 bilhões. Destes, R\$4,058 bilhões foram para a Kroton Educacional.

Em 2015 novas alterações foram feitas, desta vez para dificultar o acesso ao programa, dada a forte recessão econômica, a expansão desenfreada dos anos anteriores e a alarmante taxa de inadimplência. Houve um aumento na taxa de juros, que voltou para 6,5%, e uma restrição na possibilidade de contratação do financiamento (prioridade para cursos com nota 4 e 5, alteração na renda bruta familiar e exigência de uma pontuação mínima no Enem). Nos anos subsequentes, vieram mais mudanças restritivas que contribuíram para reduzir o número de contratos.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) – criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, e convertido na Lei nº 11.096/2005 – concede bolsas financiadas pelo Estado via isenções fiscais, depois de observada a insuficiência do crédito universitário para enfrentar o problema das vagas ociosas no ensino superior privado. O saldo entre o período de 2005 a 2016 é de 2,5 milhões de bolsas ofertadas. Somente em 2015 havia 1,7 milhão de estudantes com bolsa (parcial ou integral). Para tanto, o governo concedeu isenções fiscais de mais de R\$8 bilhões⁵ neste período.

Ao mesmo tempo em que o FIES e o PROUNI ganham força e canalizam montantes maiores do fundo público, houve uma redução no orçamento destinado aos investimentos nas universidades públicas. Segundo as informações da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)⁶, apesar da expansão das universidades públicas federais, os recursos começaram a diminuir a partir de 2014. Os repasses em 2017 foram os menores em comparação aos sete anos anteriores. “Entre as 63 instituições, 90% operam com perdas reais em comparação a 2013, ou seja, na prática o orçamento para gastos não obrigatórios está menor”⁷. Entre o período de 2013 e 2017, o repasse total encolheu 28,5%. Já o número de matrículas aumentou 39,3% entre 2009 e 2016.

A queda na verba para as universidades públicas se dá no mesmo período em que cresce o montante de recursos do fundo público direcionado a ampliação do setor privado, como o FIES e o PROUNI. Nestes programas, as bolsas e o crédito são o centro da atuação da política educacional. O setor privado é o grande beneficiário, em que pese a ampliação do acesso ao ensino superior, fato que mexeu com a rotina de muitas famílias da classe trabalhadora. Mas a questão não passa somente pelo aumento da presença do setor privado no ensino superior que, como mencionamos, cresce desde a ditadura empresarial-militar. Trata-se de analisar como as alterações quantitativas levam a mudanças na qualidade da forma como o setor atua.

Esta novidade tem um de seus aspectos marcados pela forma financeirizada que estrutura e orienta a ação das grandes empresas que atuam na área da educação superior. O crescimento do empresariamento da educação tem contribuído para a concentração do setor por meio de fusões e aquisições sob o comando de poderosos fundos de investimentos. Tratam-se de alterações financiadas e impulsionadas pelo fundo público, bem como pela definição de uma legislação que, no final dos anos 1990, estimulava a criação de companhias de capital aberto, cujo impacto se dará a partir de 2007, quando diversos grupos educacionais passam a comercializar ações na bolsa de valores.

A concentração e centralização do setor, aliado ao montante de recursos do fundo público destinado às instituições de ensino superior privado, levaram a um aumento expressivo na receita líquida destes grandes grupos. Entre 2012 e 2015, a receita líquida da Kroton aumentou 190%, da Estácio 70%, da Ser Educacional 189% e da Anima 112% (CORBUCCI *et al.*, 2016). Ao associar estas alterações ao estrangulamento dos orçamentos das universidades e ao atrelamento da produção científica e tecnológica aos interesses privados (SILVA, 2018), é possível identificar o projeto – formulado pelas classes dominantes e operacionalizado pelos governos federais – para a educação superior.

A Kroton Educacional recentemente mudou de nome para Cogna e é o maior grupo educacional brasileiro. Sua origem se deu em 1966, em Belo Horizonte, com a criação do curso pré-vestibular Pitágoras, que em 1972 se transformou em Colégio Pitágoras atuando no ensino fundamental e médio. No início dos anos 1990 foi criada a Rede Pitágoras e, em 1999, a Fundação Pitágoras. Com a mudança no marco regulatório no início dos anos 2000, criou-se a primeira Faculdade Pitágoras. Em 2007 a empresa abriu o capital na bolsa de valores com o nome de Kroton Educacional e em 2009 os sócios fundadores passaram a partilhar o controle da empresa com um dos maiores fundos de *private equity* do mundo, a Advent International⁸.

A partir de então foram várias aquisições até a compra da Anhanguera, em 2013, que a tornou a maior empresa de educação do mundo. Em 2018 foi anunciada a associação com a Somos e a entrada na educação básica. O ano de 2019 marca um novo momento do grupo com a criação da Cogna, *holding* formada pelas instituições Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação/Somos Educação que atende mais de 2,4 milhões de estudantes no Brasil, comportando a educação básica e superior⁹. Ao congregar 4 empresas, a nova Cogna torna-se mais abrangente e, ao mesmo tempo, mais interessante a investidores distintos por concentrar e especializar as diferentes áreas de atuação. O nome Kroton, que antes identificava todo o grupo, passa a batizar a empresa que atua especificamente no ensino superior. A Saber se concentra na educação básica e a Somos e a Platos atuam na prestação de serviços de gestão para o ensino básico e superior, respectivamente.

Uma empresa deste porte, ancorada em um importante fundo de investimentos, é capaz de dar um outro sentido à ideia da educação como uma mercadoria. “A monopolização sob dominância financeira da educação superior é a expressão da heteronomia cultural elevada à enésima potência” (LEHER, 2018, p.11).

O empresariamento da educação ganhou força também com as contrarreformas da previdência, a lei das terceirizações e a contrarreforma trabalhista, que permitem traduzir o processo de concentração e centralização em novas formas de superexploração dos/as trabalhadores/as da educação. A proliferação de diferentes modalidades de curso e de formas de contratação precariza o trabalho docente e fragiliza a organização sindical (ver PIOLLI, 2018). A Emenda Constitucional 95 também fomenta alterações ao comprometer o destino de recursos do fundo público para a educação e demais políticas sociais.

Estas condições permitem que as grandes empresas fiquem cada vez maiores. A partir de 2017, algumas alterações de rumo ficam mais claras. O FIES teve 100 mil vagas cortadas e uma redução no financiamento mensal por universitário de R\$7 mil para R\$5 mil. Foi neste mesmo ano que a Kroton foi impedida de comprar a Estácio Participações, segundo maior grupo educacional. No entanto, o setor já havia crescido o suficiente para ter condições concretas de perseguir outros caminhos.

A partir daí foi se consolidando a alternativa de buscar o crescimento por meio da atuação no ensino básico. Segundo matéria publicada no *The Intercept*¹⁰ em 20 de outubro de 2017, com base na consultoria Hoper, “o mercado de colégios particulares movimenta R\$67 bilhões ao ano no Brasil, enquanto o das universidades envolve R\$55 bilhões. Além de gerar mais dinheiro, a educação básica é prioridade entre os investimentos dos brasileiros”. Trata-se de um mercado estável e lucrativo. E assim, todos os níveis da educação contribuem para ampliar as fronteiras de acumulação do capital.

A educação, além de figurar como uma mercadoria lucrativa produzida por grupos empresariais altamente concentrados e centralizados, passa a funcionar segundo a lógica de instituições financeiras como fundos de investimentos. A marca da atuação sob estas novas orientações se dá pela busca de padrões de gestão focados na redução dos custos e na valorização das ações das empresas no mercado financeiro. Como desdobramentos, temos: o crescimento de cursos a distância ou semi-presenciais; formas cada vez mais precarizadas de contratação de trabalhadores da educação¹¹; profissionais sobrecarregados, adoecidos e sem tempo para se dedicar ao estudo e à pesquisa; restrição das atividades ao âmbito do ensino e pautadas na reprodução de um conhecimento previamente definido; aprofundamento da separação entre elaboração e execução – traço estrutural das relações de trabalho no capitalismo –, reduzindo o processo de reflexão e produção de conhecimento a um grupo cada vez menor e atrelado aos interesses das classes dominantes.

Mas a atuação do capital financeiro financeirizado não está limitada ao âmbito do ensino superior privado. As parcerias público-privadas expressam caminhos encontrados pelas grandes empresas para se apropriar do conhecimento produzido nas instituições públicas. As práticas de redução dos custos de produção passam também por exteriorizar ações de pesquisa e desenvolvimento e pagar por contratos e assessorias, alternativas mais baratas do que sustentar toda a infraestrutura necessária para a realização destas atividades internamente.

Para agravar este quadro, o governo federal apresentou, em julho de 2019, um projeto de lei conhecido como *Future-se*, voltado para estimular a presença do grande capital nas IES públicas, avançando no aprofundamento da financeirização da educação. Dada a substantiva resistência ao projeto, demonstrada

pela comunidade acadêmica por todo o país, o projeto ganhou uma segunda versão em outubro e a terceira foi divulgada em janeiro de 2020. O essencial, todavia, não se alterou.

Um de seus principais objetivos é estimular a transformação das IES públicas em universidades inovadoras e empreendedoras, consolidando a lógica capitalista no conjunto de atividades desenvolvidas no ambiente acadêmico. Vale destacar que este processo já está em curso de diversas maneiras: a presença das fundações de apoio e de empresas no interior das universidades, a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o produtivismo acadêmico estimulado pelas agências de financiamento de pesquisa, dentre outras formas. Mas o Future-se vai além. Propõe enterrar as possibilidades de exercício da autonomia universitária ao ampliar significativamente a escala de participação de recursos privados no financiamento da produção e socialização de conhecimento com a criação do Fundo de investimento do conhecimento – constituído a partir de ativos financeiros – e a transferência de patrimônio público para fundos de investimento imobiliário. De forma combinada, o projeto viabiliza a privatização da gestão por meio de contratos com Organizações Sociais (OS), uma realidade muito presente na área da saúde que ainda está por ser difundida para a educação, permitindo que grandes grupos financeirizados assumam o controle do patrimônio público de forma direta.

A financeirização da educação brasileira é, portanto, um processo complexo e abrangente que abarca o ensino básico e superior, nos âmbitos público e privado: (1) comporta medidas para ampliar as bases de extração de mais-valia por meio da redução dos custos de produção, fato que tem como desdobramento o aumento da superexploração do trabalho; (2) fortalece a atuação dos grandes conglomerados da educação ao alimentar a concentração e centralização do capital (sob o controle de poderosos fundos de investimentos) e impulsionar a canalização de recursos do fundo público para atender às exigências da acumulação capitalista; (3) desencadeia mecanismos de expropriação da classe trabalhadora ao legitimar medidas de austeridade fiscal, com implicações para a precarização do ensino público e a retirada de direitos; (4) estimula a relação de estudantes com o sistema bancário e creditício, ampliando as possibilidades de atuação do capital portador de juros; (5) incentiva a penetração do capital financeiro financeirizado no seio das universidades públicas e institutos federais; (6) propicia condições materiais que contribuem para fortalecer a produção de um conhecimento voltado ao interesse das classes dominantes, empurrando grandes parcelas de trabalhadores para uma realidade em que é difícil ir além da simples reprodução de conteúdos definidos para serem propagados em massa.

Considerações finais

As novas configurações no campo da educação não podem ser vistas isoladas de processos mais amplos que abarcam o conjunto da vida social e a financeirização das políticas sociais como um todo (BRETTAS, 2017). Ao analisar o funcionamento das relações capitalistas na atualidade, é possível identificar que parcelas expressivas do fundo público e do trabalho necessário estão se somando ao que é extraído mediante a apropriação da mais-valia para fortalecer os grandes empreendimentos do capital financeiro

financeirizado. Neste contexto, o crescimento e fortalecimento destas empresas estão orientados para aplicações financeiras e para a rentabilidade no mercado de capitais.

É possível afirmar também que as alterações em curso não assumiriam as proporções atuais sem a força das medidas adotadas pelo Estado. No ensino superior, o PROUNI e o FIES permitiram a transferência de recursos públicos para o setor privado, promovendo o aumento de matrículas e contribuindo para a concentração e centralização do setor. Este fato desaguou posteriormente no avanço dos grandes conglomerados sobre a educação básica. O REUNI, ao expandir as IES públicas sem contrapartida suficiente para estruturar uma sólida política de assistência estudantil, deu sustentação a uma política de transferência de renda focalizada nos mais pobres e insuficiente para responder à mudança no perfil de estudantes. A educação, assim como outras políticas, passou a ser uma conquista atingida muitas vezes por meio da chamada “cidadania bancária”, que tem no crédito popular um mecanismo para “integrar” os usuários dos diversos programas sociais do governo.

Mudanças no marco legal voltadas para permitir o empresariamento da educação e, posteriormente, a abertura de capital na bolsa de valores, impulsionaram o setor privado e sua atuação por meio da gestão de grandes fundos de investimentos. Nas IES públicas, a presença de empresas e a captação de recursos privados não são uma novidade e podem mudar de patamar a depender dos rumos do projeto de lei Future-se, abrindo espaço para a atuação de fundos de investimento nas IES públicas.

Assim, nos distanciamos da proposta da educação pública como um direito social, conquista importantíssima registrada na Constituição Federal de 1988 e bandeira histórica de luta da classe trabalhadora. O fortalecimento da resistência a estas mudanças que afetam duramente os interesses populares desafiam as organizações sindicais, partidos e movimentos a fortalecer uma luta unitária em defesa da educação pública, gratuita, presencial e socialmente referenciada.

Referências

- BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul/dez, 2017, p.53-75.
- CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, F. (Org). *A finança mundializada*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- CORBUCCI, Paulo Roberto *et al.*. *Reconfiguração estrutural ou concentração do mercado da educação no Brasil?* In: Radar: tecnologia, produção e comércio exterior, nº46, ago 2016. Brasília: IPEA, 2016.
- FERNANDES, Florestan. *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, [1975]1979.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- LAVINAS, Lena *et al.*. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. *Texto para discussão*, nº 032. Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, 2017. p.02-40.
- _____; GENTIL, Denise. Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização. *Novos estudos CEBRAP* [online], São Paulo, vol.37, n.2, mai-ago, 2018, p.191-211.
- LEHER, Roberto. *Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

MOTA, Ana Elizabete. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. *Argumentum*, Vitória, v. 9, n. 3, set./dez. 2017, p.30-36.

PIOLLI, Evaldo. Mercantilização da educação, a reforma trabalhista e os professores: o que vem por aí? In: KRAWCZYK, N. & LOMBARDI, J. C. (Org.) *O golpe de 2016 e a educação no Brasil*. Uberlândia-MG: Navegando, 2018. p.101-112.

TESOURO NACIONAL. Financiamento estudantil: indicadores e *insights* sobre a focalização do programa. *Boletim de Avaliação de Políticas Públicas*, vol. 1, n.2, julho de 2015.

SILVA, Máira Teixeira; SOARES, Felipe Furini. Educação na Bolsa de Valores: o FIES e o ensino superior privado. *FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação*, Porto Alegre, v. 9, n. 1, 2019.

SILVA, Simone. As políticas de ciência e tecnologia a partir da criação do Ministério da Ciência e Tecnologia: um novo padrão de pesquisa e as implicações para as universidades públicas. 2018. 229f. *Tese* (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

Notas:

¹ Economista e Assistente Social, doutora pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Professora do Departamento de Política Social e Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0300-8254> Email: tatiana.brettas@gmail.com

² Disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/sessao-sobre-orcamento-encerrada-apos-bate-boca-entre-guedes-deputado-23973123>. Acesso em: 25 out. 2019.

³ Este programa substituiu o Crédito Educativo, operado no período da ditadura empresarial-militar. Não se trata de uma novidade neoliberal, mas ganha funcionalidade neste contexto por meio de uma atualização e ampliação. Em 1999, a sigla FIES é criada significando Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, passando para Fundo de Financiamento Estudantil com a Lei nº 12.513/2011.

⁴ Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/inadimplencia-do-fies-dobra-desde-2014-e-41-nao-pagam-as-parcelas-ha-mais-de-tres-meses.ghtml>. Acesso em: 17 ago. 2019.

⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/prouni-deve-custar-r-127-bilhao-em-2016-maior-valor-desde-sua-criacao.html>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁶ Disponível em <http://www.andifes.org.br/repasses-mec-para-universidades-federais-chegam-ao-menor-patamar-em-sete-anos/>. Acesso em: 28 ago. 2019.

⁷ Disponível em <http://www.andifes.org.br/repasses-mec-para-universidades-federais-chegam-ao-menor-patamar-em-sete-anos/>. Acesso em 28 ago. 2019.

⁸ Fundo de investimento que atua no Brasil há mais de vinte anos, em diversas áreas. Em 2018 adquiriu 80% do Walmart Brasil. Disponível em <https://www.adventinternational.com/br/advent-international-acquire-participacao-majoritaria-no-walmart-brasil/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

⁹ Ver site oficial: kroton.com.br.

¹⁰ Disponível em <https://theintercept.com/2017/10/20/sob-aplausos-do-mercado-financeiro-empresarios-ja-lucram-com-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 27 ago. 2019.

¹¹ Uma outra novidade, ainda que fruto de experiências anteriores em algumas regiões do país, é a chegada do fenômeno conhecido como uberização de professores/as na rede privada e pública. O uber-docente é uma tendência deste novo contexto tornada possível pela lei de terceirizações e a contrarreforma trabalhista as quais, ao abrirem espaço para este tipo de contratação, levam a possibilidade de geração de vínculos precários a um novo patamar. Disponível em <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>. Acesso em: 10 mar. 2020.

Recebido em: 30.03.2020

Publicado em: 17.04.2020